

A GEOGRAFIA E O SEU PASSADO NO PRESENTE: UM DIÁLOGO COM WALTER BENJAMIN

Alexandre Domingues Ribas

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Ciências Humanas, Francisco Beltrão, PR, Brasil
lexelis@hotmail.com

RESUMO

No presente artigo, pretende-se discorrer sobre a presença do passado da ciência geográfica no presente. Para isso, convidou-se ao diálogo Walter Benjamin, um dos mais importantes intelectuais alemães do século XX. O seu último escrito, *Sobre o conceito de História*, publicado, postumamente, em 1940, expõe uma vigorosa reflexão sobre a história e suas formas de narrativa, da qual resulta o “tempo de agora”, conceito que contrapõe ao tempo neutro, cronológico, vazio e linear, sobre o qual se fundamentam as historiografias oficiais, ortodoxas, dominantes. Assim, aproveitando-se das suas formulações, almeja-se demonstrar que abrir o passado da ciência geográfica significa convertê-lo numa força no presente, reabilitando potencialidades preteridas, soterradas, abandonadas, negligenciadas. Para oferecer exemplos que confirmem tal premissa, examina-se alguns traçados gerais das abordagens de três dos clássicos da disciplina: Humboldt, Ratzel e Reclus. Intenta-se, desse modo, tornar evidente a riqueza epistemológica originária da ciência geográfica, que foi, gradativamente, se perdendo, tal qual o movimento da metáfora, mas que, com os devidos cuidados, pode indicar itinerários e alternativas face aos desafios enfrentados por seus/suas profissionais na atualidade.

Palavras-chave: Epistemologia. Ciência Geográfica. Tempo. História.

LA GEOGRAFÍA Y SU PASADO EN EL PRESENTE: UN DIÁLOGO CON WALTER BENJAMIN

RESUMEN

En el presente artículo se pretende discorrir sobre la presencia del pasado de la ciencia geográfica en el presente. Su último escrito, sobre el concepto de Historia, publicado póstumamente en 1940, expone una vigorosa reflexión sobre la historia y sus formas de narrativa, de la que resulta el "tiempo de ahora", concepto que contrapone al tiempo neutral, cronológico, vacío y lineal, sobre el cual se fundamentan las historiografías oficiales, ortodoxas, dominantes. Así, aprovechando sus formulaciones, se pretende demostrar que abrir el pasado de la ciencia geográfica significa convertirlo en una fuerza en el presente, rehabilitando potencialidades preteridas, enterradas, abandonadas, descuidadas. Para ofrecer ejemplos que confirmen tal premisa, se examinan algunos trazados generales de los enfoques de tres de los clásicos de la disciplina: Humboldt, Ratzel y Reclus. Se intenta, de ese modo, hacer evidente la riqueza epistemológica originaria de la ciencia geográfica, que fue, gradualmente, perdiéndose, tal cual el movimiento de la metáfora, pero que, con los debidos cuidados, puede indicar itinerarios y alternativas frente a los desafíos enfrentados por sus profesionales en la actualidad.

Palabras clave: Epistemología. Ciencia Geográfica. Tiempo. Historia.

INTRODUÇÃO

Nas páginas que se seguem, busca-se mobilizar o pensamento diante de determinadas problemáticas com as quais, comumente, deparam-se os/as docentes-pesquisadores/as que versam sobre assuntos alusivos à arqueologia do saber geográfico e/ou à sua construção epistemológica: por que e para que se revisitar o passado da disciplina; desenterrar saberes extemporâneos? Rememorar o seu passado pode ser uma maneira de se lançar luz sobre o seu presente? E os seus denominados clássicos: por que e para que se exumar as suas ideias? Diante de questões tão complexas, que dispensam respostas reducionistas e definitivas, faz-se imperativo estabelecer diálogos com autores/as que concentram seus esforços em submeter a um exame crítico a atividade da narração, a ideia de história e toda sua múltipla significação. Esse é o caso do ensaísta, filósofo, crítico literário e tradutor Walter Benjamin (1892-1940).

Reconhecido como um dos mais relevantes intelectuais alemães do século XX, Benjamin debruçou-se sobre temas diversos: arte, política, cultura, teologia, literatura. Destarte, qualquer iniciativa destinada

à sistematização de suas ideias é problemática e controversa, uma vez que ele não edificou um sistema filosófico propriamente dito; toda a sua produção se corporifica sob o formato do ensaio, do fragmento, da citação pura e simples – esta última, vezes sem conta, tirada de contexto e amoldada à sua própria dinâmica (LÖWY, 2005). No conjunto de sua obra multiface, *Sobre o conceito de História* desfruta de notoriedade. Publicado em 1940, *post mortem*, suas laudas transmitem uma densa investigação sobre a escrita da história e seu indestrinçável vínculo com a prática política e com o ato da narração. O que é contar uma história, histórias, a História? Eis a questão fulcral de suas teses (GAGNEBIN, 2012).

Nesses termos, Benjamin formula uma crítica à toda concepção de história ancorada na noção de um tempo neutro, homogêneo, cronológico, linear. Como contragolpe, ele propõe o “tempo de agora”, um tempo que, repleto de tensões e significações, salta para fora do *continuum* da história, recuperando o passado e convertendo-o numa força no presente. Assim sendo, sob esta perspectiva, há que se reabrir o passado, reavivar potencialidades não realizadas, abandonadas, negligenciadas, e fazer justiça com os vencidos. O “tempo de agora”, portanto, permite uma maneira outra de se relacionar com o passado. E, com as devidas cautelas, almeja-se fazer uso desse conceito para se reflexionar, à luz de uma crítica, sobre o sentido (e a relevância) de se estudar o passado da ciência geográfica.

Um interregno se faz indispensável. Afastando-se de qualquer anseio de fornecer uma definição pronta e conclusiva, acha-se adequado informar que não se toma como intercambiáveis os termos geografia, Geografia e ciência geográfica. Acolhendo a cisão tripartite sugerida por Ruy Moreira (2008), considera-se que a geografia se refere aos traços da superfície da Terra, aos efeitos de superfície dos processos, dinâmicas e componentes da vida na Terra (oceanos, mares, rios, montanhas, vales, florestas, cidades, pântanos, desertos etc.); e sua datação remonta às origens do planeta (perto de 4,6 bilhões de anos). A Geografia, por sua vez, concerne às leituras/interpretações/descrições das morfologias da superfície terrestre, às narrativas (mitos, racionalidades raciocinantes, representações, imagens etc.) que buscam dar um sentido à existência derramada espacialmente no mundo; sua história abarca os últimos 50 mil anos (a contar de quando o *Homo sapiens* acumulou as condições de abstração suficientes para se lançar a ordenar o múltiplo do empírico). A ciência geográfica remete à sua institucionalização como um campo disciplinar autônomo, o que, em regra, se admite a partir século XIX. No artigo em tela, a aplicabilidade das ideias de Benjamin se circunscreverá à escrita da história da ciência geográfica.

Isto posto, outra ideia do citado filósofo vem a calhar; para ele, a consistência da verdade se degenera no transcurso de sua transmissão, tal qual o movimento da metáfora, que parte do sentido literal, mas acaba, palmo a palmo, abandonando-o e, até mesmo, prescindindo dele. Amoldando essa constatação à ciência geográfica, nota-se que as dificuldades que se põem aos/às seus/suas profissionais face aos desafios do presente são provenientes, em grande medida, do movimento da metáfora, visto que sua identidade epistemológica originária foi submersa por sua transmissão, afastando-se do seu sentido originário, no qual tinha suas raízes. Uma breve revisão do legado de três de seus clássicos: Alexander von Humboldt, Friedrich Ratzel e Élisée Reclus, traz à tona uma potencialidade preterida, abandonada, negligenciada, esquecida, que, se recuperada, na escrita de sua história, pode indicar alternativas para algumas das solicitadas renovações do pensamento geográfico da contemporaneidade. Eis o escol da argumentação que será desenvolvida, em seus pormenores, nas páginas seguintes.

WALTER BENJAMIN E A NARRATIVIDADE DA HISTÓRIA, DAS HISTÓRIAS, DA HISTÓRIA

Walter Benjamin ocupa um lugar único, *sui generis*, no cenário filosófico e político do século XX. Suas ideias, de espantosa atualidade, extrapolam qualquer tentativa de classificação, de enquadramento, de rotulação. Sua aptidão em escapar às ortodoxias e, maiormente, em construir sínteses entre enfoques díspares, e mesmo divergentes, concede, às suas obras, uma originalidade e uma energia revigorantes. Nascido no dia 15 de julho de 1892, na cidade de Berlim, no seio de uma família abastada da burguesia judia, Walter Benedix Schönflies Benjamin cursou Filosofia na Albert-Ludwigs-Universität, situada em Freiburg im Breisgau, Alemanha. Em 1919, ele obteve o seu doutoramento, na universidade de Berna, na Suíça, com a tese *O conceito de crítica de arte no Romantismo alemão*. Mais adiante, escreveu uma tese de livre-docência, na qual versa sobre as origens do barroco alemão; mas, ela não foi aceita pelo Departamento de Estética da Universidade de Frankfurt, o que anulou o seu propósito de ingressar na carreira acadêmica. O ascendimento do nazismo o forçou a deixar seu país. Morou em Paris; visitou a Espanha, a Dinamarca e a Itália. Na capital francesa, terminou de escrever o ensaio *Sobre o conceito de História*. Consumando-se a invasão das tropas nazistas, pôs-se em fuga para a Espanha. Não conseguindo cruzar a fronteira, suicidou-se, com uma dose letal de morfina, em 26 de setembro de 1940, em Portbou, Girona.

Crítico e contendor do progressismo, partidário do movimento romântico alemão e do materialismo histórico-dialético, Benjamin, amiúde, desperta o interesse de vários/as pesquisadores/as pela faceta estética de sua obra; por sua atividade como historiador da cultura ou crítico literário (LÖWY, 2005). Porém, sem preterir esse viés, há que se realçar a cobertura mais vasta de seu *constructo* intelectual, dirigido à formulação de uma nova compreensão da história humana (LÖWY, 2005) – o que justifica a primazia dada, no artigo em tela, às suas teses *Sobre o conceito de História*, redigidas pouco depois da assinatura do Pacto Germano-Soviético, em 23 de agosto de 1939 (GAGNEBIN, 2012). Nesse texto, delineia-se sua crítica à filosofia da história, tecida em uma ambiência ebuliente.

De um lado, sua obstinada oposição a duas formas de escrita da história em voga no cenário intelectual germânico/europeu da primeira metade do século XX, quais sejam: a) a historiografia “progressista” (a ideia de história semeada pela social-democracia alemã de Weimar, como um devir impulsionado por um progresso inexorável e cientificamente previsível); b) a historiografia “burguesa”, o *historicismo* (que pretendia reviver o passado por intermédio de uma identificação afetiva do historiador com o seu objeto) (GAGNEBIN, 2012). Essas historiografias, segundo Benjamin, conquanto aparentemente antagônicas, partilhavam a noção de um tempo homogêneo, vazio, cronológico, neutro e linear (BENJAMIN, 2012). Assim, outro conceito de tempo precisava ser formulado; Benjamin o denominou de “tempo de agora”.

De outro lado, sua indefessa luta contra o conformismo social e político oriundo da consciência histórica moderna, de matriz hegeliana. Hegel estabelece uma indissociabilidade entre história, razão e verdade. Desse modo, o curso da história segue a (ao mesmo tempo em que é a concretização de) um processo racional, que, passo a passo, substitui a caducidade do velho pelo despertar do novo. Como ele afirma: “não é difícil ver que nosso tempo é um tempo de nascimento e trânsito para uma nova época. O espírito rompeu com o mundo de seu ser-aí e de seu representar, que até hoje durou; está a ponto de submergi-lo no passado, e se entrega à tarefa de sua transformação” (HEGEL, 1992, p. 26). São as palavras de um arauto do que viria a ser chamado de Modernidade. Perpetuamente guiado por um movimento para frente, “o espírito que se forma lentamente [...] em direção à sua nova figura, vai desmanchando tijolo por tijolo o edifício de seu *mundo anterior*” (HEGEL, 1992, p. 26), até ser detido “pelo sol nascente, que revela num clarão a imagem do mundo novo” (HEGEL, 1992, p. 26). O que foi e o que é, embora etapas necessárias ao porvir, tornam-se descartáveis em nome da esperança do que virá. Logo, o presente é uma “transição que se consome na consciência da aceleração e na expectativa da heterogeneidade do futuro” (HABERMAS, 1990, p. 10). A nova época, anunciada por Hegel, germina como uma promessa que se vislumbra em meio a poeira do antigo que desmorona; ela requer ruptura, descontinuidade, em relação ao passado, e uma normatividade tão-somente sua. A Modernidade vê-se referida a si mesma; “ela não pode e não quer tomar dos modelos de outra época os seus critérios de orientação [...]. [...] Isso explica a [...] sua autocompreensão, a dinâmica das tentativas de ‘afirmar-se’ a si mesma, que prosseguem [...] até os nossos dias” (HABERMAS, 1990, p. 12). A nova época, em contínua renovação, orienta-se para o futuro e provoca um afastamento entre o experienciado e o perspectivado; entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa; entre a experiência proveniente do passado e a expectativa de um futuro que se entremostra num limiar longínquo. As expectativas, assim, “passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006, p. 314); dito de outro modo, as expectativas que “passam a ser valorizadas como fonte para normatizar o agir vão muito além das experiências feitas até então” (PERIUS, 2009, p. 124). É, pois, nesse espaçamento que brota o conformismo, regado tanto pelo estreitamento do espaço de experiência (manancial do qual dimana a visão do passado enquanto algo consumado), quanto pelas expectativas utópicas (que se esfumam num futuro vago, indistinto, e se transformam em fonte de paralisia). Eis, abreviadamente, a ambiência em que foi gestada a crítica à filosofia da história feita por Benjamin.

Deslocando-se na contramão, ele pensa a história a partir da redenção. O passado deve ser reaberto, para que se possa reviver potencialidades não realizadas, esquecidas, aniquiladas, preteridas, e, por este meio, se fazer justiça com os vencidos, com “os sonhos, as aspirações, os movimentos subjetivos voltados para o porvir que não chegaram a se expressar em realidades objetivas duradouras, embora estivessem preñes de significação histórica” (KONDER, 1999, p. 67). Destarte, o mito do progresso da humanidade na história deve desabar, visto que ele “é inseparável da de seu andamento no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia desse andamento deve estar na base da crítica da ideia do progresso em geral” (BENJAMIN, 2012, p. 249).

Apanhando os detritos do tempo, caminhando sobre os escombros da Modernidade e sob as densas nuvens embebedadas pelo falacioso progresso que tenta evaporar a barbárie, Benjamin propõe uma escrita da história (das histórias, da História) polifônica, não linear, fragmentária e inconclusa (PIRES, 2014). Para isso, se apoia em três influências diferentes: o romantismo alemão e o messianismo judeu (que guiam suas intuições antiprogressistas) e o marxismo (não o evolucionista, vulgar) (LÖWY, 2005).

Não que ele tenha tentado mesclar simplificadamente perspectivas tão díspares; mas, a partir delas, se pôs a erigir uma nova e original concepção. O historiador (ele não se refere ao/à profissional de uma determinada especialidade acadêmico-científica, mas ao sujeito que narra a história) deve estabelecer uma experiência única com o passado. Logo, articular “historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2012, p. 243). Trata-se de “fixar uma imagem do passado da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico, no momento do perigo” (BENJAMIN, 2012, p. 243). O perigo acha lugar numa consciência histórica que, ébria pela ideia de um progresso ininterrupto, relega ao esquecimento vozes inaudíveis no coral dos vitoriosos. Nesse sentido, cabe, ao historiador, redimir/salvar a história ignorada dos vencidos, rememorando-a: “existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. [...]. Se assim é, foi-nos concedida [...] uma *frágil força messiânica* para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente” (BENJAMIN, 2012, p. 242). A redenção, destarte, em Benjamin, denota libertar da clausura o sofrimento dado como inumado dos vitimados do passado. E, para que possa cumprir-se, a redenção deve reparar a desolação dos vencidos e reavivar as causas pelas quais lutaram e não triunfaram (LÖWY, 2005). Dessa maneira, a redenção, em vez de uma nostalgia contemplativa, é, primordialmente, ativa; ela não se concretiza sem uma metamorfose revolucionária da vida material no presente. Mais do que salvar os vencidos do esquecimento, redimi-los é retomar sua práxis emancipatória (LÖWY, 2005). Reabrir o passado, assim, é despertar nele as centelhas da esperança, algo só factível ao “historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2012, p. 244). Assim, a relação com o passado só será autêntica se houver, no presente, a confirmação, “de que ele reúne preciosidades ávidas por serem revividas. Ou seja, o passado é um acervo de riquezas significativas para a abertura de futuros alinhavados não com o que aconteceu, mas com o que poderia ter acontecido e ficou em suspenso” (GAMA, 2006, p. 105-106).

Escrever a história não pode ser “desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário” (BENJAMIN, 2012, p. 252). Benjamin toma o cronista como o modelo do historiador, pois ele narra os fatos grandes e pequenos, sem desprezar nenhum detalhe, por mais insignificante que possa parecer; ele “leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 2012, p. 242). E unicamente “a humanidade redimida obterá o seu passado completo. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o seu passado tornou-se citável, em cada um dos seus momentos” (BENJAMIN, 2012, p. 242). A verdade consiste em que nada se perca; logo, há que se rememorar integralmente, no presente, todo o passado perdido, fracassado, grande e pequeno. Cada vítima do passado e cada ato libertário não consumado devem ser honrados.

O historiador deve estar atento ao passado, sobretudo aos seus elementos decretados negligenciáveis e fadados ao esquecimento – “Benjamin nunca tomou como objeto, ao fazer uma ‘arqueologia’ da história social do século XIX, as megalomanias ou o espetacular que estava à vista de todos” (PERÍUS, 2009, p. 127). Como ele diz: “método é caminho indireto, é desvio” (BENJAMIN, 1984, p. 50). Destarte, “os objetos que melhor contam essa história são os detritos, aquilo que é ofuscado pela grandiosa luz dos espetáculos” (PERÍUS, 2009, p. 127-128). Narrar a história não pode ser o estéril ato de utilizar “a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (BENJAMIN, 2012, p. 251). O historiador deve “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 245). O que isso significa? Não participar do “cortejo triunfal que, aún hoy, sigue pisando los cuerpos de quienes están en tierra” (LÖWY, 2005, p. 85). Nadar na contracorrente “de la versión oficial de la historia, oponiéndole la tradición de los oprimidos” (LÖWY, 2005, p. 86). Se “acariciada en el sentido del pelo, la historia sólo producirá nuevas guerras, nuevas catástrofes, nuevas formas de barbarie y opresión” (LÖWY, 2005, p. 86). Por isso, mister se faz alforriá-la do escalvado “era uma vez” da narrativa oficial.

A história “é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de ‘tempo de agora’ [...]” (BENJAMIN, 2012, p. 249) – um tempo “no qual o pretérito aparece atualizado no presente e o presente surge como que em ato, *in actu*, no passado” (Ó; VALLERA, 2020, p. 340); um tempo “outro”, que, alagado pelas significações do passado, produz um desvio, um salto para fora do *continuum* da história; um tempo “no qual cada geração encontra o passado de uma nova maneira em função de um compromisso crítico com a sua atualidade” (Ó; VALLERA, 2020, p. 340).

Para Benjamin, o liame entre passado e presente não provém de uma relação de causalidade, mas de estilhaços de tempos que relampejam, como um clarão, imobilizam uma época carregada de tensões e fazem-na explodir para fora do transcurso da história. Essa é a incumbência do historiador: “identificar no passado os germes de uma outra história, [...] levar em consideração os sofrimentos acumulados e [...] dar uma nova face às esperanças frustradas” (GAGNEBIN, 2012, p. 9). Ao passo que os apologistas do progresso veem uma continuidade no devir histórico (uma marcha rumo ao aperfeiçoamento do que

se dissipa face ao despontar do novo), Benjamin enxerga uma grande catástrofe, permanentemente ofuscada pela história contada sob a ótica dos vencedores.

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. [...] Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe. Eles são chamados de bens culturais. [...]. Pois todos os bens culturais [...] têm uma origem sobre a qual não se pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, mas também à servidão anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o é o processo de transmissão em que foi passado adiante (BENJAMIN, 2012, p. 244-245)

Contrapondo-se à tradição conformista e sua empatia com os vencedores, Benjamin pontua que a concepção homogênea, vazia e mecânica do tempo histórico não é outra coisa senão uma negação da temporalidade. Como antídoto, lança uma noção qualitativa, dialética e não evolucionista da história (LÖWY, 2005). A relação entre o presente e o passado não é unilateral; logo, num processo dialético, o “presente aclara el pasado y el pasado iluminado se convierte en una fuerza en el presente” (LÖWY, 2005, p. 71). E tão-somente no “tempo de agora” se inscreve a possibilidade de contar outra história, que, através de uma rememoração, retome as potencialidades do passado, o ínfimo, o insignificante, o diferente, o inusitado, o não revelado, o silenciado (PIRES, 2014).

Ocupar-se da história significa pôr o presente numa situação crítica. Contar a história é escrevê-la, criá-la, recriá-la, internalizando as experiências passadas de sofrimento e devolvendo-as à luta atual contra os vencedores. O passado se imobiliza sob a forma de imagem tão-só quando capturado e articulado por um momento presente. Abre-se, assim, “a ideia de uma teoria da história iluminada pelo presente e não mais pelo passado, de uma história relacional e que deve se reelaborar (ASSIS e CORDEIRO, 2013, p. 192). Logo, em vez de se narrar a história visando interpretações definitivas, deve-se conservá-la aberta. Evidencia-se, novamente, o desvio em relação à ortodoxia. Seu vínculo com o materialismo histórico-dialético, embora incontestado, não se opera acriticamente. Ele rejeita qualquer aproximação com preceitos positivistas, evolucionistas, e incorpora, ao marxismo, ecos messiânicos, românticos, blanquistas e fourieristas (LÖWY, 2005). Com isso, vem à luz um marxismo heterodoxo, messiânico, que, como esperado, suscitou perplexidade e incompreensão. Benjamin formulou uma racionalidade dialética ancorada na imprevisibilidade. Apregoar uma história aberta implica em aceder que, se o novo é possível, o é porque o futuro não se conhece de antemão; ele não é o saldo de uma evolução necessária e previsível descortinada pelas leis reguladoras da dinâmica social. A exemplo de Proust, se revela em Benjamin a inquietação de salvar o passado no presente a partir do reconhecimento de uma analogia que modifica a ambos: o passado “porque este assume uma nova forma, que poderia ter desaparecido no esquecimento (GAGNEBIN, 2012, p. 16); o presente “porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobrirmos inscrita nas linhas do atual” (GAGNEBIN, 2012, p. 16).

A verdade “não é um desnudamento, que destrói o segredo, mas uma revelação, que lhe faz justiça” (BENJAMIN, 1984, p. 211). Não por acaso, o núcleo da filosofia benjaminiana reside na revitalização da tradição dos oprimidos, escondida sob as sombras do discurso oficial dos vencedores. Por isso, narrar a história é colocar o presente numa situação crítica (GAGNEBIN, 2012). E o “tempo de agora” porta “o instante como tempo pleno, carregado de possibilidades de subverter a ordem” (GAGNEBIN, 2012, p. 131). Os desafios atuais solicitam uma historiografia outra. No âmbito da ciência geográfica, não é diferente. A tradição oficial-universitária, que se limita a narrar o desfile cronológico das ideias e dos pensadores vitoriosos, institucionalmente reconhecidos, precisa ser implodida.

Ademais, Benjamin, sob a influência de Franz Kafka, também se pôs a refletir sobre a transmissibilidade do passado e o depauperamento da experiência. Em seu diagnóstico, a arte de contar vai se tornando cada vez mais rara, visto que ela pressupõe “a transmissão de uma experiência no sentido pleno, cujas condições de realização já não existem na sociedade capitalista moderna” (GAGNEBIN, 2012, p. 10). Destarte, não existe mais uma totalidade de sentidos, uma unidade entre tradição e memória, entre vida e discurso. Por efeito, a narrativa da história não tem uma mensagem definitiva para comunicar, “mas somente trechos de histórias e de sonhos. Fragmentos esparsos que falam do fim da identidade do sujeito e da univocidade da palavra, indubitavelmente uma ameaça de destruição, mas – e ao mesmo tempo – esperança e possibilidade de novas significações” (GAGNEBIN, 2012, p. 18). O resultado? A palavra primária se perde, se desmancha, sob o amontoado de escólios, paráfrases e

anotações (GAGNEBIN, 2012). A firmeza da verdade acaba sendo “submergida por sua transmissão: arrastada por seu próprio movimento, a tradição torna-se autônoma em relação ao sentido no qual, originalmente, tinha suas raízes. Esse movimento é o da metáfora” (GAGNEBIN, 2012, p. 17). Ao se perscrutar os desafios com os quais se depara a ciência geográfica na contemporaneidade, salta aos olhos a sua desidratação epistemológica, decorrente, justamente, do movimento da metáfora, “que parte do sentido literal mas acaba abandonando-o e até, de transposição em transposição, prescindindo dele” (GAGNEBIN, 2012, p. 17). Uma leitura atenta e minuciosa dos seus clássicos escancara uma potencialidade perdida, esquecida, preterida, ignorada, fracassada.

Nas próximas subsecções, serão desenvolvidas duas argumentações: a ideia de história formulada por Walter Benjamin pode fomentar outras historiografias possíveis da ciência geográfica, não pautadas na concepção de um tempo homogêneo, neutro, cronológico, linear e vazio; a articulação do passado da disciplina, imobilizado nos escritos de seus clássicos, pode pôr o seu presente numa situação crítica, relampejando, como um clarão, abordagens e diálogos que, em sua transmissão, tal qual o movimento da metáfora, foram se desmanchando em meio ao desaparecimento do seu sentido primordial.

A IDEIA DE HISTÓRIA DE BENJAMIN E A HISTORIOGRAFIA DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

As ideias de Benjamin podem ser funcionais para se refletir sobre a escrita da história da ciência geográfica. Em primeiro lugar, elas sinalizam que não há como contar a sua história sem se colocar em discussão o próprio conceito de história e as bases da narração através da qual ela é relatada. Essa é uma requisição teórico-metodológica. Construir sua historiografia exige trazer à tona algumas questões: O que é contar a história, as histórias, a História? Que noção de tempo fundamenta a narrativa adotada? A de um tempo linear, homogêneo, vazio, neutro, cronológico? A de “tempo de agora”? A de um tempo outro (de matriz positivista, marxista, historicista, evolucionista, fenomenológica)? Desconsiderar essas problemáticas axiais implica em edificar uma escrita da história sem vistoriar sua fundação, em abdicar de qualquer rigor explicativo e, principalmente, de teor crítico.

Contar a história da ciência geográfica solicita, necessariamente, se efetuar uma investigação sobre a própria história e suas narrativas. Um “pensamento, um sistema, um livro, uma reflexão, uma obra só existem quando inscritos num processo histórico” (ONFRAY, 2008, p. 12) – história da ciência geográfica, mas também história simplesmente! Qualquer análise histórica envolve questões de procedimento e problemas teóricos (FOUCAULT, 2022). Com a história da ciência geográfica não é diferente. Seu estudo é assaz complexo, sobretudo porque, numa adaptação ao que escreveu Michel Foucault sobre as disciplinas chamadas histórias das ideias (das ciências, da filosofia, do pensamento), “apesar de seu título, ele escapa, em grande medida, ao trabalho do historiador e a seus métodos” (FOUCAULT, 2022, p. 4). O mais relevante é admitir que toda e qualquer historiografia precisa ser submetida ao fogo cruzado de um trabalho crítico (ONFRAY, 2008); e que não há escrita da história da ciência geográfica única, canônica, objetiva, unívoca e inconcussa. “A historiografia é do âmbito da arte da guerra” (ONFRAY, 2008, p. 11), ela participa da polemologia! Essa admoestação não pode ser ignorada, sob a pena de não se examinar as condições de sua escrita, de não se interrogar a respeito dos pressupostos dos autores que escrevem a história (ONFRAY, 2008).

Ainda sob a inspiração de Benjamin, há que reivindicar uma história da ciência geográfica aberta, inacabada. Não se pode tolerar uma escrita da sua história assentada em compilações de pensamentos mortos, consumados, enfileirados cronologicamente em conjuntos de semelhantes, em escolas ou em outras classificações estéreis. O seu passado precisa ser reaberto, rememorado, para que se possa reviver (e redimir) potencialidades e esperanças não atingidas, abandonadas, olvidadas, apagadas; e para que se faça justiça com os vencidos, com os sonhos, as aspirações e os combates emancipatórios que não se converteram em realidades objetivas, ainda que repletos de significações. Então, retomar o seu passado deve pôr o seu presente em uma situação crítica. Para tanto, a experiência única com o seu passado deve ser orientada pela busca da sua presença no presente. Articular historicamente o passado da ciência geográfica não significa conhecê-lo tal como ele de fato foi, mas apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo (BENJAMIN, 2012). Esse mantra não pode ser esquecido. O passado da disciplina, dessa maneira, deve ser visto como uma compilação de abastanças e preciosidades expressivas para a abertura de futuros concatenados não com o que ocorreu, mas com o que poderia ter acontecido e ficou em suspenso (GAMA, 2006).

Outro ensinamento de Benjamin: nada pode ser considerado perdido para a história. Assim sendo, todo o passado malgrado, omitido, frustrado, precisa ser rememorado inteiramente no presente. Dessa maneira, “não se deve desconsiderar nenhuma tendência geográfica, mesmo que algumas delas não

tenham sobrevivido” (BERDOULAY, 2003, p. 51). Narrar a história da ciência geográfica demanda o abandono de historiografias tendenciosas, que absorvem e difundem o discurso oficial, que reforçam os preconceitos do passado, que se restringem a informar sobre as vertentes de pensamento vitoriosas (e nada dizem sobre as que não tiveram êxito e, muito menos, sobre as razões de seu fracasso). Toda história é contada conforme uma tradição, noção tão bem definida por Foucault:

[...] ela visa a dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos (FOUCAULT, 2022, p. 25)

Fazer reviver as lutas, as derrotas, as dores e os sofrimentos dos oprimidos, ofuscada pela tradição historiográfica dos vencedores. O discurso oficial da história é afável “com os ganhadores e impiedosa com os perdedores” (ONFRAY, 2008, p. 11). Há uma dominação sem partilha dessa historiografia (ONFRAY, 2008). Por conseguinte, ao se produzir uma escrita da história da ciência geográfica, há que se estar verdadeiramente atento ao passado, aos episódios desviados, desprezados, esquecidos, negligenciados, depreciados. Há que se escovar a sua história a contrapelo, o que implica em fazê-la objeto de uma construção cujo lugar é o “tempo de agora”. A geração atual deve revisitar o passado movida por um compromisso crítico com o presente. O passado da ciência geográfica tem que se converter numa força no presente, o que só se faz factível no “tempo de agora”.

Outro ensinamento valioso de Benjamin: a consistência da verdade submerge em sua transmissão, ao se afastar do sentido no qual, primitivamente, tinha as suas raízes. A verdade se esvai com o movimento da metáfora. Ao se debruçar sobre a história da ciência geográfica, vê-se, nitidamente, esse progressivo abandono de sua identidade originária. Lendo escrupulosamente os seus clássicos, salta de pronto à vista uma riqueza e uma densidade epistemológicas que, paulatinamente, foram sendo esquecidas, negligenciadas, preteridas. Ocupar-se da história da ciência geográfica é escrevê-la, criá-la, recriá-la, de modo a reavivar potencialidades do passado para se interpretar e se posicionar no presente.

Na aurora de sua institucionalidade acadêmica, enquanto cada disciplina se enclausurava num objeto exclusivamente seu, a ciência geográfica estabeleceu sua identidade epistêmica excedendo às rígidas fronteiras então abalizadas. Um exame das obras de seus clássicos revela uma potencialidade que, se recuperada, no “tempo de agora”, pode pôr o presente numa situação crítica e fornecer vitalidade para o suplantar das dificuldades que os/as profissionais desse campo científico enfrentam na atualidade. Na próxima seção, para endossar tal premissa, expor-se-á uma breve revisão do legado de Alexander von Humboldt, Friedrich Ratzel e Élisée Reclus.

O PASSADO PRESENTE DA GEOGRAFIA: AS LIÇÕES DE ALGUNS DE SEUS CLÁSSICOS

Alexander von Humboldt (1769-1859)

Não se ambiciona, aqui, desenvolver uma exposição pormenorizada a respeito do naturalista, geógrafo e explorador Alexander von Humboldt, assim como de sua volumosa e polifacetada obra. Uma tarefa dessa magnitude excederia o escopo do presente artigo. Na verdade, o que se pretende é delinear os contornos gerais da sua visão de mundo (de ciência, de natureza) e demonstrar como ela, submergida pelo movimento da metáfora, foi sendo abandonada, negligenciada, soterrada, paulatinamente, pelos rastros do discurso acadêmico-científico da Geografia, mas que, no “tempo de agora”, pode ser revivida e, como um clarão que relampeja no momento de um perigo, converter-se numa força no presente.

Humboldt foi, incontestavelmente, um dos principais intelectuais do século XIX. Suas ideias, suas obras e sua trajetória fascinaram e influenciaram renomados pensadores, artistas, cientistas e políticos, tais como: Simón Bolívar, Charles Darwin, Henry David Thoreau, George Perkins Marsh, Ernst Haeckel, John Muir, entre outros. Amplamente admirado pelos impulsos inovadores dados a diversas disciplinas científicas, ele não foi um erudito de gabinete. Basta notar, que o conteúdo de boa parte de seus escritos provém de descobertas e saberes/práticas adquiridos em expedições que empreendeu mundo afora.

Nascido no seio de uma família abastada da aristocracia prussiana – no dia 14 de setembro de 1769, na cidade de Berlim –, Alexander desde criança nutria um intenso desejo de conhecer lugares distantes; sonhava com os trópicos e com aventuras (WULFF, 2019). Na primavera de 1790, na companhia de Georg Forster, ele fez uma viagem científica de quatro meses por Inglaterra, Países Baixos e França. Entre 1799 e 1804, realizou a mais relevante expedição de sua vida, pela América Espanhola – pelos

locais onde hoje são Venezuela, Cuba, Colômbia, Equador, Peru e México. No retorno à Europa, visitou os Estados Unidos e foi recebido pelo presidente Thomas Jefferson. Em março de 1805, meses após o seu regresso, Humboldt rumou à Itália. Cruzou os Alpes e, no final de abril, chegou em Roma, onde residia o seu irmão, Wilhelm, sua esposa e seus filhos. Em junho de 1805, na companhia de Leopoldo von Buch e Guy-Lussac, partiu de Roma em direção a Nápoles e ao Vesúvio. Na noite de 12 de agosto, o majestoso vulcão entrou em erupção; Humboldt o escalou por seis vezes, para observar o mais perto possível. De volta a Roma, rumou a Berlim, aonde chegou em 16 de novembro de 1805. O rei Frederico Guilherme III, em reconhecimento ao compatriota ilustre, resolveu lhe conceder uma generosa pensão e o nomeou seu tesoureiro. Não obstante, em novembro de 1807, deixou Berlim e rumou para a França. Depois de cerca de vinte anos residindo em Paris (de onde, frequentemente, se deslocava para outros países europeus, sobretudo a Inglaterra, e Londres em especial), por ordem do rei Frederico Guilherme III, Humboldt voltou a Berlim, em 14 de abril de 1827. Em 1829, já sexagenário, o polímata prussiano participou de uma expedição científica pela Rússia, tendo percorrido mais de dezesseis mil quilômetros. Fixado, definitivamente, em Berlim, ele conservou suas obrigações na corte, sem abdicar dos estudos e dos afazeres destinados à publicação de suas obras. Humboldt morreu em Berlim, no dia 06 de maio de 1859, aos 89 anos de idade. Seu pulsar cessara, mas o seu legado estava apenas despontando.

A vida de Humboldt, pois, foi marcada por viagens e abarrotada de trabalho ininterrupto (WULFF, 2019). Outrossim, para lhe fazer justiça, há que se destacar, que, nos anos em que ficou na América Espanhola – expedição que foi financiada e organizada com recursos particulares e que tinha tão-somente intentos científicos –, Alexander, embora sua estadia nesses territórios só ter sido possível graças à permissão do rei Carlos IV, não hesitou em ser um crítico do colonialismo, um apologista da independência das colônias espanholas e um contendor da escravidão (que via como antinatural, o pior de todos os males). Humboldt não assentia a distinção entre raças superiores ou inferiores; todos os povos, dizia, provêm de uma mesma raiz, são iguais entre si, não importando nacionalidade, cor, religião. Além do mais, não poupou admiração pelos povos originários, sua cultura, crenças e línguas. Ele repugnou o estereótipo de “selvagens” e denunciou a barbárie dos colonos e missionários no tratamento com os nativos. Ao voltar ao continente europeu, Humboldt proferiu conferências em diversos países, nas quais tingiu uma imagem “outra” das terras americanas, até então retratadas exclusivamente como um lugar de beleza, fertilidade e esplendor, e como fonte de espoliação aos europeus. Igualmente, se opôs à estigmatização dos povos indígenas e se contrapôs ao mito da América como um Novo Mundo – como um continente que germinara, do nada, no oceano, desprovido de história, de cultura, de saberes milenares.

Os monumentos antiquíssimos que Humboldt tinha visto e depois retratado em seus livros davam testemunho de sociedades refinadas e cultas – palácios, aquedutos, estátuas e templos. Em Bogotá, Humboldt encontrou manuscritos pré-incas (e leu suas traduções) que revelavam um conhecimento complexo de astronomia e matemática. A língua caribe, igualmente, era tão sofisticada que incluía conceitos abstratos como futuro e eternidade. Não existia o menor indício da pobreza de linguagem acerca da qual exploradores anteriores haviam feito comentários, porque essas línguas conciliavam riqueza, elegância, poder e ternura. Não se tratava dos selvagens bárbaros e incultos conforme o retrato que os europeus haviam pintado durante os três séculos anteriores (WULFF, 2019, p. 239).

Prevenindo-se de um anacronismo, Humboldt já cultivava um “olhar decolonial” em pleno século XIX. Ele foi um visionário; o que se confirma na nova e ousada “visão de mundo” (de ciência e de natureza) que engendrou. Para além da objetividade aclamada e solicitada pelos arautos da Revolução Científica (Galileu, Newton etc.) e da explicação da realidade norteada pela exatidão geométrico-matemática, Humboldt edificou uma ciência “outra”, ancorada na sua indissociabilidade (e estreita complementação) com a arte, com a filosofia, com a subjetividade. Não que ele tenha desconsiderado a quantificação, a instrumentação, a objetividade, a metodologia, o método, a linguagem e o rigor próprios ao discurso científico “moderno”. Sua sagacidade se revela justamente em conciliar as medições, as observações e a instrumentação com um senso de deslumbramento/encantamento (WULFF, 2019). “Claro que a natureza tinha de ser medida e analisada, mas ele acreditava também que grande parte de nossa resposta ao mundo natural deveria se basear nos sentidos e nas emoções” (WULFF, 2019, p. 27). Logo, num tempo em que a primazia estava na busca de leis universais, Humboldt defendia que “a natureza tinha de ser conhecida em primeira mão e vivenciada por meio dos sentimentos” (WULFF, 2019, p. 27). Captar a natureza, o mundo físico, em sua unidade, “depende de la simultaneidad de las ideas y de los sentimientos escitados en el observador” (HUMBOLDT, 2005, p. 22). Sua ideia de ciência unificava arte, história, poesia e política. Nesse aspecto, em especial, a influência de Goethe merece menção. Eles se conheceram em 1794, em Jena, e mantiveram uma sólida amizade por perto de três décadas. Goethe estimulou Humboldt a combinar natureza e arte, fatos e imaginação, o mecanicismo da natureza e a poesia dos românticos; enfim, a exterioridade do mundo e os elementos que perpassam

pela interioridade do sujeito (WULFF, 2019). Humboldt inseriu na ciência um novo aspecto. A racionalidade científica e a subjetividade, os pontos de vista estéticos e científicos, não precisam ser excludentes. Sob a inspiração de Goethe (e, também, de Schiller e de Schelling), Humboldt logrou sua própria concepção da natureza, amalgamando os dados científicos com a resposta emocional ao fenômeno contemplado, isto é, a observação atenta e as medições rigorosas com a percepção individual e a subjetividade (WULFF, 2019). Nesse sentido, nada mais apropriado que suas palavras:

Ya se oponga la Naturaleza al mundo intelectual, como si este último no se hallase también comprendido en el vasto seno de la primera; ya se oponga el mismo mundo de la inteligencia al arte, considerado como una manifestación del poderío intelectual de la humanidad, nunca deben conducir estos contrastes, reflejados en las lenguas mas cultivadas, á un divorcio entre la Naturaleza y la inteligencia, del cual resultaría quedar reducida la física del mundo á un mero conjunto de especialidades empíricas, La ciencia no comienza para el hombre sino desde el momento en que el espíritu se apodera de la materia para someter la masa de los experimentos á combinaciones racionales: el espíritu aplicado á la Naturaleza , hé ahí la ciencia. Pero el mundo exterior no existe para nosotros sino en tanto que por medio de la intuicion le reflejamos en nuestro interior; de donde resulta, que así como la inteligencia y las formas del lenguaje, el pensamiento y el signo, se hallan unidos por secretos e insolubles lazos, así también el mundo exterior se confunde, casi sin que lo echemos de ver, con nuestras ideas y nuestros sentimientos (HUMBOLDT, 2005, p. 76).

Destarte, Humboldt propôs o enfoque holístico como meio de se explicar/interpretar/sentir a natureza. Ele ansiava “el conocimiento de la conexión que existe entre todas las fuerzas de la naturaleza, y el sentimiento íntimo de su mútua dependencia” (HUMBOLDT, 2005, p. 18). Outrossim, ele concebia a natureza “como uma força global com correspondentes zonas climáticas cruzando os continentes: um conceito radical à época, e que ainda hoje tinge com um toque especial a nossa compreensão dos ecossistemas” (WULFF, 2019, p. 27-28). Ele via a Terra como um único e imenso organismo vivo no qual tudo estava conectado. Nada, nem o mais diminuto organismo, podia ser tratado de forma isolada. A natureza “no es mas que la unidad en la diversidad de los fenómenos, la armonía entre todas las cosas creadas, desemejantes en su forma, en su constituição propia y en las fuerzas que las animan; el Todo [...] penetrado por un soplo de vida” (HUMBOLDT, 2005, p. 19). Nesses termos, o “resultado mas importante del estudio [...] de la naturaleza es la comprensión de la unidad y de la armonia en medio del inmenso agregado de cosas y de fuerzas” (HUMBOLDT, 2005, p. 19). A natureza apreendida como um todo vivo, e não um agregado morto. Trata-se de uma visão organicista da natureza. Outro legado do Romantismo alemão. Em vez de uma máquina (um autômato, um sistema mecânico), a natureza é vista como um organismo vivo, em que as partes só operam em relação entre si. Dessa maneira, para Humboldt, uma única vida se espalhou por sobre a Terra, e sua prodigalidade derramada sob formas espaciais diversas (suas morfologias), era o que mais prendia a sua atenção.

Desse modo, Humboldt inventou a noção de natureza como uma “rede da vida”. Mas, se tudo está interligado, a vulnerabilidade dessa “rede ou teia” também se escancara. “Se um fio é puxado, toda a trama da tapeçaria pode acabar se desmanchando” (WULFF, 2019, p. 29). E esse é o ponto que mais aproxima Humboldt da premissa de que estudar o passado da Geografia implica em convertê-lo numa força no presente, como pretendia Benjamin.

Em fevereiro de 1800, oito meses após aportar na América Espanhola, Humboldt (acompanhado por Aimé Bonpland e um criado) partiu de Caracas, em quatro mulas, rumo ao Orinoco. Em meio ao trajeto, se deparou com o lago de Valência, no vale Aragua.

Cerca de uma dúzia de ilhotas pedregosas salpicavam o lago, algumas suficientemente grandes para servir como pastagem de cabras e área de cultivo. No pôr do sol, milhares de garças, flamingos e patos selvagens enchiam o céu de vida esvoaçando de um lado para o outro do lago e empoleirando-se nas ilhas para passar a noite. Parecia idílico, mas, como os moradores locais disseram a Humboldt os níveis de água estavam baixando rapidamente. Vastas faixas de terras que apenas duas décadas antes estavam submersas agora eram campos densamente cultivados. O que outrora tinham sido ilhas eram agora colinas à medida que a terra à margem continuava a recuar. O lago de Valência tinha também um ecossistema singular: sem vazão o oceano e alimentado apenas pela confluência de alguns riachos e arroios, seus níveis de água eram regulados somente pela evaporação. Os moradores locais acreditavam que algum canal de escoamento subterrâneo drenava o lago, mas Humboldt tinha outras ideias (WULFF, 2019, p. 96).

Ele, então, se pôs a procurar as causas da diminuição dos níveis de água do aludido lago. Empregando saberes provenientes de vários campos científico-filosóficos, fez observações rigorosas (quando achou

areias finas nas partes mais altas das ilhas e inferiu que antes haviam estado submersas), medições e comparações (por exemplo, entre a média anual de evaporação de rios e lagos desde o sul da França às Índias Ocidentais) (WULFF, 2019). E, assim, Humboldt chegou à sua conclusão, qual seja:

[...] o desmatamento das florestas adjacentes, bem como a transposição de cursos de água para irrigação, havia sido a causa da queda dos níveis de água. Com a prosperidade da agricultura no vale, os lavradores tinham drenado e desviado alguns dos córregos que alimentavam o lago a fim de irrigar seus campos de cultivo. Derrubaram árvores para limpar o terreno, e com o desaparecimento da submata – musgo, vegetação rasteira, matagal e sistemas de raízes –, os solos ficaram expostos ao clima e incapazes de reter água. [...].

Apenas poucas décadas antes, as montanhas e os contrafortes que circundavam o vale do Aragua e do lago de Valência tinham sido cobertos de florestas. Agora, derrubadas as árvores, as águas das pesadas chuvas tinham revolvido e arrastado o solo. Tudo isso estava “estritamente conectado”, Humboldt concluiu, porque no passado as florestas protegiam e resguardavam o solo do sol e, portanto, diminuam a evaporação da umidade.

Foi lá, no lago de Valência, que Humboldt desenvolveu sua ideia de mudança do clima induzida pela ação humana (WULFF, 2019, p. 97)

Qual o ensinamento dessa investigação efetuada por Humboldt? Sua ideia de natureza, como um todo interligado, um organismo vivo em que nada pode ser apreendido isoladamente, funcionou como base teórico/prática para se encontrar conexões por todas as partes. Avanço da agricultura, transposição de cursos de água para irrigar áreas de cultivo e desmatamento das florestas adjacentes. Seu holismo traz à luz as causalidades, as conexões entre fenômenos diversos e, com pioneirismo, a ação antrópica alterando o clima, os ecossistemas, os ambientes. As florestas arrasadas de imprudentemente resultam em fontes de água completamente secas ou menos abundantes. Com isso, ao se precipitarem chuvas intensas em suas cabeceiras, os leitos dos rios, secos em boa parte do ano, formam torrentes. Sem a relva, o musgo e a vegetação rasteira nos declives das montanhas, o volume de água não acha barreira e, em vez de aumentar o nível dos rios, escava as encostas dos morros e levam para baixo o solo solto. Esse cenário do lago de Valência, Humboldt reencontraria na Itália, no sul do Peru e na Rússia. “Por todo o mundo, a ação da humanidade poderia afetar as gerações futuras” (WULFF, 2019, p. 99).

Destarte, foi no lago de Valência que ele concebeu o desflorestamento em sua complexidade, delatando as consequências devastadoras provocadas pelas técnicas agrícolas. Desse modo, Humboldt foi o primeiro “a explicar as funções fundamentais da floresta para o ecossistema e o clima: a capacidade das árvores de armazenar água e enriquecer a atmosfera com umidade, sua proteção do solo e seu efeito resfriador!” (WULFF, 2019, p. 99). Ele ainda ressaltou a liberação de oxigênio das árvores e seu impacto no clima. Os “efeitos da intervenção da espécie humana já eram ‘incalculáveis’, [...] e poderiam tornar-se catastróficos se o homem continuasse a perturbar tão ‘brutalmente’ o mundo” (WULFF, 2019, p. 99). E o essencial: para Humboldt, somente o entendimento da natureza sob a perspectiva holística tem o poder de descortinar o funcionamento de suas forças e a interligação entre seus variados “fios”. A natureza compreendida como uma força global, um todo unificado animado por forças interativas. Se tudo está em conexão, a comparação (à procura de diferenças e similaridade) da manifestação da vida derramada sobre os variados pontos da Terra se faz imprescindível, mas sem se perder de vista o todo.

Humboldt aparece, na historiografia oficial-universitária, como um dos precursores da fase científica da Geografia. Sem pôr em discussão a adequação dessa narrativa, não se pode negar que suas ideias deram impulsos inovadores ao estudo da superfície terrestre ou das morfologias espaciais da natureza. Quando escreveu suas obras primordiais, na primeira metade do século XIX, as fronteiras entre as disciplinas científicas estavam se enrijecendo. No entanto, em meio a essa especialização disjuntiva e redutora, Humboldt não renunciou ao enfoque holístico e interdisciplinar. Com o tempo, carregado pelo movimento da metáfora, seu método caiu em desuso, assim como a sua visão da natureza como uma força global e seu projeto de ciência em estreita correlação com a arte e na indissociabilidade entre subjetividade e objetividade. Daí, pois, a necessidade de se reviver essa potencialidade negligenciada, de fazer esse passado da ciência geográfica iluminar o seu presente. Num momento em que os/as intelectuais concentram forças para “compreender e prever as consequências globais das mudanças climáticas, o enfoque interdisciplinar de Humboldt, seu ponto de vista sobre ciência e natureza, é mais relevante do que nunca” (WULFF, 2019, p. 471). Vê-se, claramente, como a ciência geográfica do presente retrata a ideia de Benjamin de que a consistência da verdade submerge em sua transmissão, ao se afastar do sentido no qual, originariamente, tinha as suas raízes!

Friedrich Ratzel (1844-1904)

A exemplo de Humboldt, não se tem a pretensão de submeter a um exame meticuloso as ideias e a grandiosa obra de Friedrich Ratzel. O que se anseia é, tão-somente, sublinhar alguns componentes da sua abordagem geográfica (o conceito de complexo Terra; a visão *hologeica*; a interdisciplinaridade) e argumentar em favor de sua reabilitação no “tempo de agora”, de seu convertimento numa força no presente, que promova a “construção de conhecimentos mais conectados, menos isolados pela rigidez imposta por fronteiras corporativo-disciplinares” (CARVALHO, 1999, s/p).

Ratzel desempenhou relevante papel na consolidação da institucionalidade acadêmico-científica da Geografia e, em suas obras, há ideias de inegável contemporaneidade (CARVALHO, 1999). Nascido em Karlsruhe, Prússia, no dia 30 de agosto de 1844, ele estudou nas universidades de Jena, Munique, Heidelberg e Berlim. Sua carreira acadêmica iniciou-se, em 1866, como zoólogo, sob a ampla influência de Wallace, Darwin e Haeckel. De fato, o interesse pelas Ciências da Natureza se manifesta desde a fase primaveril de sua formação, o que ressoará em suas principais obras (CARVALHO, 1999).

Ratzel também experienciou a atividade jornalística. Em 1863, assumiu o posto de correspondente do *Kölnische Zeitung*, o que lhe permitiu viajar pelo sul da França, pela Itália, pelo leste Europeu, pelos Estados Unidos e pelo México (MARTINS, 2001). Os dois anos em que permaneceu na América, de 1873 a 1875, direcionaram o seu foco aos temas geográficos, em especial, às relações entre sociedade e natureza, bem como inspiraram conceitos que viriam a ser por ele formulados (MARTINS, 2001).

Entre 1885 e 1886, Ratzel exerceu o cargo de professor de Geografia na Politécnica de Munique. Em suas aulas, combinava “seu vasto conhecimento da literatura da disciplina com a riqueza de dados e informações obtidos em suas viagens e pesquisas de campo. Geografia física, geografia regional dos continentes, geografia humana e política foram [...] temas dos cursos mais substanciais” (MARTINS, 2001, p. 89). Em 1886, ele se transferiu para a universidade de Leipzig, onde permaneceu até a sua morte, ocorrida em Ammerlander, na recém-unificada Alemanha, no dia 09 de agosto de 1904. Jean Brunhes, Ellen Semple, Hans Helmolt e Alfred Hettner foram alguns de seus alunos e/ou orientandos. Em Leipzig, ele aprofunda seu conhecimento filosófico “através dos encontros com [...] um grupo de intelectuais interessados [...] na obra de Leibniz, que terá influência marcante na produção [...] dos últimos anos de sua vida” (MARTINS, 2001, p. 89-90). Ademais, nesse período, Ratzel experencia uma metamorfose, digamos: de “naturalista”, converte-se num “geógrafo das culturas” (CARVALHO, 1999).

O pensamento de Ratzel foi produzido entre o crepúsculo do século XIX e o alvorecer do século XX. Basta lembrar, que suas principais obras, distribuídas em oito volumes (que somam mais de 5.500 páginas), vieram a público entre 1882 e 1902: *Antropogeografia* (02 volumes, o primeiro publicado em 1882 e o segundo em 1891), *As raças humanas* (03 volumes, publicados entre 1885 e 1888); *Geografia Política* (1897); *A Terra e a Vida* (02 volumes, publicados entre 1901 e 1902).

Independentemente das diferenças de conteúdo e dos propósitos específicos que possam estar presentes em cada uma dessas obras, há uma insistência, por parte de Ratzel, em restringir as respectivas abordagens à condição de tributárias de um conhecimento maior que se quer construir. Dessa maneira, estabelece-se uma espécie de vínculo natural entre elas, na medida em que, a despeito do tema tratado (geografia política, etnografia, distribuição geográfica das sociedades humanas ou características ambientais das diversas regiões do planeta), o objetivo é argumentar e demonstrar as conexões existentes entre todas as coisas presentes na Terra (CARVALHO, 1999, s/p).

Ratzel, portanto, absorveu, em seus escritos, os fatos da Modernidade e o acelerado desenvolvimento de uma Alemanha que se unificava. “Reflexões sobre o Estado, a história, as raças humanas, o ensino da geografia e a descrição de paisagens perpassam a obra do geógrafo, que se preocupava em auferir uma identidade comum à nação em formação” (MARTINS, 2001, p. 89). Outrossim, Ratzel incorpora:

[...] os diversos fundamentos e horizontes epistemológicos que na época se debatiam. Formou-se como naturalista, atraído [...] pelo fascínio do evolucionismo darwinista que empolgou a ciência nas últimas décadas dos anos oitocentos, mas, suas principais obras descendem da pena de um pensador que, convertido às humanidades, dedicou-se à investigação dos processos civilizatórios e das relações entre a história das populações humanas e a história da própria Terra, ou entre os fatos culturais e os telúricos (CARVALHO, 1999, s/p).

Destarte, Ratzel busca transpor uma Geografia meramente descritiva e avançar na direção das grandes construções explicativas, nas quais o “sentido de espaço” ocupa lugar primordial (MARTINS, 2001). Além do mais, ele procurou construir uma abordagem integrada da natureza e da cultura, mediante a

apreensão do complexo terrestre, “considerando o conjunto de seus elementos constitutivo, sejam eles físico-biológicos ou histórico-culturais” (CARVALHO, 1999, s/p). Ele elaborou inventários minuciosos a respeito das relações entre comunidades humanas e seus ambientes e se recusou “a desvincular a dinâmica que preside as particularidades da geografia dos homens dos outros universos de conexões que envolvem todas as formas de vida presentes no planeta” (CARVALHO, 1999, s/d). Sua intenção era conferir um caráter científico às investigações dos fenômenos humanos (CARVALHO, 1999).

As ideias de Ratzel são tecidas por um amálgama de perspectivas teórico-metodológicas: positivistas, naturalistas, darwinistas, historicistas e românticas. Não por acaso, se destinou a investigar os efeitos mútuos entre o homem e seu ambiente, mediados pelas técnicas, pela economia e pela política; o papel exercido pela cultura e pela difusão cultural; a atuação do Estado (que concebe como um organismo, não no sentido biológico, mas da unidade de matriz romântica); a geografia física como base de toda a pesquisa geográfica; a descrição artística da natureza e da paisagem (a fim de atender necessidades científicas e estéticas (MARTINS, 2001). Ademais, três são os fundamentos de sua abordagem:

1. Conceito de complexo Terra – “Bem, a nossa ciência tem que estudar a Terra *ligada* como está *ao homem* e, portanto, não pode separar esse estudo do da vida humana, tampouco do da vida vegetal e animal” (RATZEL, 1990, p. 32). Ou seja, a Terra é concebida como um único complexo, uma unidade de variados elementos, dentre os quais o humano. O complexo Terra designa “a existência de conexões entre sistemas ou organismos dos mais diversos tipos. Tais conexões não se compreendem, tampouco se verificam, sem a consideração da componente espacial” (CARVALHO, 1999, s/p).

b. Abordagem *hologeica* do complexo terrestre – “Se é verdade que a geografia observa os mesmos fenômenos que são estudados também por outras ciências, seu método contudo se distingue sempre por esta sua tendência natural a ampliar seu ângulo de visão, a realizar uma observação que eu diria *hologeica*, isto é, que abarca toda a Terra” (RATZEL, 1990, p. 97). A visão *hologeica* envolve uma percepção das conexões entre os três reinos do vivente, e entre estes e a natureza inorgânica da Terra. “Em uma época como a nossa, na qual, em consequência, da especialização, cada ciência se fraciona em um grande número de pequenos estudos particulares, é uma verdadeira felicidade que na ciência geográfica este fracionamento não seja todavia muito acentuado” (RATZEL, 1990, p. 97). E o *critério hologeico* é que concederia à Geografia essa potência unitária, na contramão da insularização das ciências, do isolamento e da compartimentação restritiva e disjuntora.

c. Integração disciplinar – Ratzel defendeu uma reaproximação das ciências históricas e políticas com a Geografia. E mais: para ele, o desenvolvimento das ciências sociais em geral não se efetiva sem uma base geográfica. Ele conclama por “uma prática científica pautada [...] no reconhecimento das conexões entre as disciplinas interessadas nos temas da Terra, da vida e do homem, insistindo no caráter de cooperação que entre elas deve se estabelecer” (CARVALHO, 1999, s/p).

Essas abreviadas considerações a respeito da abordagem ratzeliana evidenciam a necessidade de sua reabilitação, visto que ela pode contribuir “ao debate atual em torno das perspectivas para a construção de um conhecimento científico tributário do pensamento complexo” (CARVALHO, 1999, s/p).

Não obstante os reducionismos e a simplificações que tanto vitimaram suas ideias – por conta da interpretação tendenciosa de Lucien Febvre, em *La Terre et L'Évolution Humaine* (1922), que o vinculou ao “determinismo”, forjando um contraste inexistente e falacioso com o tal “possibilismo” vidaliano –, a visão de Ratzel “não deixa de ser um importante alento para os desenvolvimentos comuns do conjunto das ciências sociais” (CARVALHO, 1999, s/p), em contraposição à “seus agrupamentos corporativos e, conseqüentemente, à institucionalização dos isolamentos cognitivos que entre eles se estabeleceu” (CARVALHO, 1999, s/p). Na esteira benjaminiana, recuperar o potencial explicativo de algumas ideias de Ratzel, sobretudo a tentativa de entender integradamente os elementos físico-naturais e os humano-sociais, “pode nos indicar caminhos, muitos deles interrompidos ou abandonados, capazes de sugerir alternativas para algumas das pretendidas renovações do espírito e do pensamento científico da atualidade” (CARVALHO, 1999, s/p). Mais uma vez, o passado relampeja como um clarão no instante de um perigo. “A necessidade de olhar para trás e fazer correr repetidamente a fita de qualquer história, inclusive a da razão e a da ciência, exprime agora uma preocupação com o futuro, não um apego ao passado” (CARVALHO, 1999, s/p). Logo, o que se quer pôr à vista é o grande potencial de contribuição do legado de Ratzel para o debate da atualidade, sem, obviamente, desconsiderar as diferenças de contextos entre a escrita de suas obras seminais e os desafios contemporâneos.

Élisée Reclus (1830-1905)

Não seria factível, nas bordas que encerram o alcance desse exercício reflexivo, compor uma análise extensa e esmiuçada das ideias e, muito menos, da colossal obra de Élisée Reclus. Cirqueira (2015), com fôlego e rigor, encarou essa tarefa com distinção. A sua Tese de Doutoramento, confessadamente, será a fonte e a foz das páginas que se seguem, nas quais o intento consiste em realçar o vigor de sua geografia anarquista e justificar a sua reabilitação, ou melhor, a sua conversão numa força no presente. Para contrapesar a sua ausência no desfile das tendências de pensamento vitoriosas narrado pela historiografia oficial-universitária, o seu legado precisa relampejar no “tempo de agora”.

Nascido em Sainte-Foy-la-Grande, na França, no dia 15 de março de 1830, filho de uma professora e de um pastor protestante, Élisée, geralmente na companhia de seu irmão, Élie, experenciou uma vida inquieta, ativa, nômade, marginal e conturbada, que se findou em 04 de julho de 1905, em Thorhout, na Bélgica. Quase isento de formação acadêmica (a exceção foi quando, em 1851, se inscreveu na universidade de Berlim, onde frequentou os cursos de Karl Ritter), Reclus construiu o seu pensar/fazer geográfico com base num amplo autodidatismo, num visceral engajamento político e em suas andanças pelo mundo. Esteve na Inglaterra, na Irlanda, nos Estados Unidos, em Cuba, na Colômbia, na Espanha, na Alemanha, na Suíça, na Itália, na Bélgica, na Suécia, na Austrália, na Hungria, na Turquia, no Egito, em Portugal, na Tunísia, na Argélia, no Canadá, no Brasil, no Uruguai, na Argentina e no Chile. Foi por duas vezes exilado, sofreu na prisão, mas nada que freasse seu impulso libertário. Envolveu-se com o movimento anarquista, com a Comuna de Paris, com os internacionalistas italianos, com a Federação Juraciana. Apenas aos 64 anos de idade, no ano de 1894, foi nomeado professor em uma universidade: a Livre de Bruxelas; todavia, a sua contratação acabou sendo revogada, causando uma divisão no seu corpo professoral. Como efeito, foi fundada a Universidade Nova de Bruxelas, na qual ele lecionou até os últimos dias de vida (CIRQUEIRA, 2015). Algumas décadas antes, em 1858, Reclus fora contratado pela Editora Hachette, cujo vínculo perdurou até a conclusão da sua *Nouvelle Géographie Universelle*. Aliás, Reclus escreveu uma obra assaz volumosa e polifacetada, da qual se destacam: *La Terre* (02 volumes, datados de 1868 e 1869, respectivamente); *Nouvelle Géographie Universelle* (19 volumes, publicados entre 1876 e 1894); *L’Homme et la Terre* (06 volumes, que vieram a público, postumamente, em 1906, pelas mãos de seu sobrinho, Paul Reclus) (CIRQUEIRA, 2015).

Dessa maneira, suas ideias foram sendo desenvolvidas a partir de suas experiências espaciais, de sua militância política e de suas incursões intelectuais – estudos da natureza, da morfologia da paisagem, dos elementos físicos da Terra, das ações históricas da sociedade etc. (CIRQUEIRA, 2015). Outrossim, seu discurso aloja-se no campo da heterodoxia, por ter “um caráter eminentemente social, politicamente dissidente, colocado como uma experiência e prática espacial subversiva” (CIRQUEIRA, 2015, p. 12).

Élisée investigou a relação sociedade e natureza, a produção do espaço e as diferenciações regionais, elencando como condicionantes: “a luta de classes, como fundamento para a contestação dos modelos hegemônicos; a busca do equilíbrio, como elemento da ruptura à centralização e reprodução desigual do espaço; e a autonomia dos indivíduos, como sentido das geografias libertárias” (CIRQUEIRA, 2015, p. 13). Na formação dessa teoria/prática geográfica pluridiscursiva, não há como separar o seu engajamento político-ideológico-libertário-radical de sua atividade acadêmica-técnica-científica. Não há dualidade entre autor, obra e contexto. Suas narrativas do mundo se nutrem dessa coalizão orgânica entre experiências espaciais e ativismo político, e trazem em seu âmago o afã de reconciliação dos homens/mulheres com si próprios e com a Terra, nos passos do humanismo fraternalista universal (CIRQUEIRA, 2015). Por conseguinte, a sua geografia é, a um só tempo, empírica, teórica e política.

[...] ele optou por fazer uma geografia que, embora científica, sustentada em modelos de explicação da realidade, na coleta de informações, no tratamento, discussão e apresentação de sínteses, na descrição, comparação, experimentação, quantificação e análise entre outros procedimentos, por sua vez, era essencialmente apregoadada pela perspectiva do engajamento existencial, tendo os espaços e suas manifestações dialéticas de classes, e seu mergulho nesse oceano complexo do social, o substrato para a formação de seu ser e de sua geograficidade (CIRQUEIRA, 2015, p. 99).

E, nesse sentido, o elemento fulcral (e vanguardista) de sua ciência-práxis reside na incorporação, ao pensar/fazer geográfico, dos princípios político-ideológicos de base anarquista-comunista. Não que sua obra geográfica, em sua variedade e extensão, se restrinja a essa filiação; mas, não há dúvidas, que a ela é que o seu nome ficou consagrado. E Reclus não caminhou solitário pelas trilhas do anarquismo. Piotr Kropotkin, Léon Metchnikoff, Charles Perron, Paul Reclus, Gustave Lefrançais, Dragomanov, entre outros, andaram ao seu lado. A geografia libertária, pluridiscursiva, dissidente, advém dessa irmandade, da cooperação mútua entre eles. O elo indissolúvel entre a faceta científica de pesquisador e a atuação política de anarquista revolucionário, em Reclus, constitui a força vital de sua abordagem geográfica.

Reclus afirma que a anarquia representa a mais alta expressão de ordem; logo, ele afronta o estereótipo que a faz coincidir com desordem, bagunça, caos. Na verdade, a geratriz da desordem, assevera, é a ordem autoritária, mantenedora da exploração e do poder. Assim, a anarquia, o fim “da opressão, do controle soberano e do poder explorador, é a maior expressão da auto-organização dos indivíduos e do espaço, pois, aparentemente contraditória, a ordem só é possível na liberdade” (CIRQUEIRA, 2015, 113). A sua geografia, ao esquadrihar as relações sociedade e natureza, propõe uma práxis espacial, sustentada no equilíbrio e na autogestão do território. O seu anarquismo é, em essência, geográfico, e a sua Geografia, por sua vez, é anarquista. Nesses termos, Reclus:

[...] promove uma nova forma de se pensar o anarquismo, pela via da geografia, pois dá um caráter dinâmico à atuação das sociedades na produção do espaço. [...] A terra é palco das lutas sociais, e é o produto de transformação das sociedades, no devir libertário comunitarista. O anarquismo é geográfico na medida em que pensa a transformação social e individual através da organização dos entes no espaço. O substrato, o alimento que nutre a busca do acratismo, reside na natureza e no espaço produzido pela ação autônoma dos indivíduos (CIRQUEIRA, 2016, p. 13).

Reclus pregava a liberdade, a organização espacial pela sociedade emancipada e o fim do Estado. O seu discurso geográfico – que articula integradamente natureza e sociedade, espaço e tempo – tem a epistemologia anarquista como alicerce teórico; ele contesta, denuncia as formas de dominação e exploração; e aspira a uma metamorfose radical da sociedade e sua relação com o espaço.

Lendo as suas três obras seminais, se percebe um enredo coerentemente alinhado: ele parte de uma perspectiva socioambiental, ancorada no equilíbrio entre a ação humana e o meio; em seguida, insere a dimensão política no discurso espacial, apregoando o federalismo libertário, o fraternalismo universal; a liberdade autonomista dos grupos sociais, as identidades regionais, o fim das fronteiras, a integração sociocultural, o associativismo, o comunalismo, a autogestão, o cooperativismo etc.; e se opõe aos nacionalismos, às guerras por território; e, por fim, estabelece o paradigma social libertário na geografia, “efetivando [...] a análise espaço-temporal para entender os processos de transformação da Terra pelos humanos, como ela é convertida em espaço e como a disputa por espaço evidencia a necessidade de organização equitativa do mesmo pela sociedade, a caminho da autonomia” (CIRQUEIRA, 2015, p. 175). No que se refere às influências que se manifestam em sua concepção, destacam-se: a “episteme historicista e culturalista” (Herder; Ritter); a “episteme corológica e holística” (Humboldt, Ritter, Goethe, Schelling); a “episteme evolucionista e ambientalista” (Darwin, Forster); a “episteme anarco-comunista”; o “materialismo atomista” (Lucrecio) (CIRQUEIRA, 2015).

As obras capitais de Reclus, com entretons variados, gravitam em torno das problemáticas ambiental, política e social síntese. *La Terre* (RECLUS, 1868; 1869), em seus 02 volumes, aborda a relação Terra-Homem; as configurações, fisionomias e dinâmicas do planeta (seus fatores endógenos e exógenos) e sua interação com a ação antrópica. O foco da obra, basicamente, se dirige aos componentes telúricos e sua estrutura se assemelha, sem descuidar do que as distingue, da *Physische Geographie* (1802) de Immanuel Kant e da *Geografia Geral* (1650) de Varenius: parte de uma geografia astronômica (a Terra no Universo, sua posição, sua forma, sua extensão) e alcança a vida humana e as *grafias* resultantes de sua simbiose com os elementos físico-naturais-ambientais. O seu enfoque pode ser chamado de socioambiental, pois que não se limita a uma visão naturalista (a uma “geografia física”), mas abarca a Terra como um organismo em perpétua transformação e continuamente modificada pelos homens. Portanto, a exemplo de Ratzel, Élisée busca apreender integradamente natureza e cultura, conectando os fenômenos biológicos-naturais-físicos-ambientais e os humanos-sociais-histórico-culturais. E o faz tomando como fundamento a dialética da natureza (em contínuo movimento de construção-destruição, nascimento-morte, renovação-caducidade), a luta de classes e a perspectiva holística. Por esse modo, se submete à análise o caráter interacional, recíproco, entre os fatos telúricos e os antrópicos (não num sentido generalista, neutro, a-histórico, mas se considerando as contradições sociais).

A sua segunda obra magna, *Nouvelle Géographie Universelle*, em seus 19 volumes, dos quais foram lidos 05 (RECLUS, 1876; 1877; 1878; 1979; 1894), oferece, como sugere o título, um inventário do mundo, abrangendo os cinco continentes. Reclus só conseguiu levar a termo esse projeto enciclopédico com a cooperação de amigos anarquistas: Perron, Slomezynski, Kropotkin, Desjardins, Metchnikoff, Dragomanov, Lefrançais. Ocupa primado, nessa extensa compilação, o enfoque geopolítico libertário, que perpassa as notas corográficas, a abordagem socioeconômica e cultural. Ademais, tal compêndio não foi redigido visando a um público restrito (letrado-acadêmico-científico) e, sim, ao povo, às crianças, aos homens e às mulheres da classe trabalhadora, às escolas livres, autônomas (FERRETTI, 2011). Em suas laudas, Élisée concede um espírito libertário à discussão geopolítica, defendendo, entre outras coisas, a gestão/apropriação equitativa no território (liberada da centralização do Estado), os combates

territoriais-locais voltados ao acratismo, o comunalismo, o federalismo anti-imperialista etc. Por fim, cabe informar que 19º volume da *Nouvelle Géographie Universelle*, Reclus destinou um capítulo ao Brasil, intitulado: *Estados Unidos do Brasil* (RECLUS, 1894).

Sua terceira majestosa obra, *L'Homme et la Terre* (RECLUS, 1905), publicada após a sua morte, entre 1905 e 1905, por seu sobrinho Paul Reclus, representa uma linha divisória na história da Geografia. Isso porque, para além da enraizada discussão da relação Terra-Homem, ela avança para a abordagem da relação sociedade-natureza. Nesse contexto, a produção do espaço geográfico assume primazia, sendo esta entendida como o produto da interação metabólica entre sociedade e natureza, portando, em seu arranjo/configuração, a lógica contraditória imanente às relações sociais sob a égide do capital. Outrossim, Reclus introduz na análise geográfica o materialismo histórico-dialético, seja para apreender a ocupação e a organização do espaço, os usos da natureza, a diversidade cultural, o desenvolvimento técnico e sua ocorrência/manifestação desigual no espaço etc. Assim, o eixo da obra está no estudo dos fatores socioespaciais, interpretados à luz do discurso crítico libertário e da ascendência da luta de classes como motor das mudanças radicais da sociedade em prol dos anseios anarco-comunistas. Parafraseando Cirqueira (2015) e Ferretti (2011), *L'Homme et la Terre* pode ser considerado o primeiro tratado de geografia anarquista, conquanto tenha sido negligenciada pela própria geografia crítica e/ou radical ortodoxa (um paradoxo), que usurpa o marxismo e o reduz a um conjunto monolítico. Esteada na epistemologia do anarquismo comunista, com postura dissidente, essa obra conclusiva de Reclus dá à luz uma geografia social, enterrando na necrópole das ideias as bifurcações/dicotomias/dualidades artificialmente assimiladas pela Geografia em sua institucionalidade fragmentária e disjuntiva.

Essa abreviada análise dedicada a Reclus revela a riqueza epistemológica nativa da ciência geográfica, que, tal qual o movimento da metáfora, de transposição em transposição, foi se diluindo, a ponto de prescindir de seu sentido literal. Por isso, a oportunidade de recuperar o legado dos seus clássicos, no “tempo de agora”, notadamente os que foram depreciados e negligenciados pela historiografia oficial-universitária, no intento de converter seu vigor interpretativo numa potência no presente, estimulando formulações teórico-metodológicas orientadas por um pensar/fazer geográfico dissidente, heterodoxo, comprometido com os contrapoderes e com as lutas emancipatórias ante à barbárie decorrente da concentração de riquezas, de poder, e da exploração e dominação dos trabalhadores e trabalhadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia angariou seu reconhecimento como uma disciplina científica nos idos do século XIX, numa ambiência de consolidação da insularização dos saberes em especialidades acadêmicas e da elevação de muros separando-as em suas respectivas comarcas. Com isso, em estreita inerência, se efetiva a institucionalização de isolamentos cognitivos, dentre eles, o que separa os fenômenos físico-naturais dos humano-sociais, e o pior: criando a capciosa necessidade de um enfoque dicotomizado para se estudar, disjuntivamente, cada um desses objetos-recortes. Não bastasse isso, dessa dualidade forjada e impregnada na ciência geográfica, ramificam-se subáreas (climatologia, geomorfologia, biogeografia, pedologia, cartografia, geografia urbana, geografia agrária etc.), que foram se atomizando a ponto de reivindicar autonomia como subciências detentoras de objetos exclusivamente seus. A depauperação é tamanha, que a senil bipartição geografia física x humana tornou-se obsoleta, não pelo fato de apartar o físico-natural e o humano-social, mas por se tornar abrangente demais.

Todavia, tais isolamentos não se faziam presentes nas raízes epistêmicas da disciplina. O seu projeto originário, perspectivado pelos seus clássicos, foi se desmanchando no ar, e sua vitalidade teórica foi se desidratando. A teoria é a alma da ciência; pois possibilita articular a realidade segundo uma lógica, uma ordem; proporciona captar os mecanismos ocultos por detrás dos fenômenos, que não se revelam em sua aparência, mas lhes são constitutivos. No que tange à ciência geográfica, sem teoria não há como se pensar/agir espacialmente, não há como esquadrinhar a ordenação espacial dos fenômenos, o sentido de suas localizações, as causalidades que não se inscrevem na ossatura visível de forma.

É essa potencialidade negligenciada que pode ser reabilitada. Como explicar o mundo em interligação global a partir de enfoques disjuntivos/redutores? Como compreender a produção do espaço sem ter por fundamento a unidade, a conexão e a apreensão holística? Como entender o aquecimento global, as mudanças climáticas, o contexto pandêmico, sem uma visão unificadora da natureza e da cultura?

Eis a necessidade de estabelecer uma experiência com o passado. A perspectiva integradora, holística; o critério *hologeico*, que trata em conjunto os elementos físico-naturais-biológicos e os sociais-culturais-históricos, devem ser reabilitados/recuperados no “tempo de agora”. A ciência geográfica pulverizada precisa recompor-se robustecida por atitudes transdisciplinares. Humboldt, Ratzel e Reclus, cada um

à sua maneira, já apontavam o caminho para a construção de um saber geográfico liberado da rigidez imposta por fronteiras corporativo-disciplinares. Num sentido benjaminiano, abrir o passado da ciência geográfica pode, num relampejar, numa imagem, revelar potencialidades (negligenciadas, fracassadas, soterradas, interrompidas, preteridas, abandonadas) capazes de indicar alternativas face aos desafios e às solicitações atuais. Isso é converter o passado numa força no presente.

Isso não denota a rejeição da ciência institucionalizada e corporativamente estruturada, pelo contrário! Basta se reconhecer os avanços que dela dimanaram. Mesmo porque, de suas aporias é que se abrem fissuras para se enxergar outros itinerários possíveis. Descobertas recentes (princípios de relatividade, de complementaridade, de incertezas e não-exclusão dos sujeitos, por exemplo) requerem um repensar denso, profundo, amplo e radical. No que toca à ciência geográfica, urge recolocá-la nos trilhos de seus passos inaugurais, para que possa holisticamente apreender, em suas conexões, os fenômenos físico-biológicos e os humano-culturais. Não se pretende, aqui, sugerir que os desafios atuais da disciplina encontram soluções no seu passado. O que se propõe é que, apoderar-se da memória de seu passado pode lançar luz sobre os limites interpretativos e de ação que se põem diante de seus profissionais no presente, fazendo relampejar, diante deles, potencialidades não realizadas, tergiversadas, e, assim, dar uma nova face às esperanças frustradas. Trata-se de construir uma experiência com o passado, pois o presente já estava prefigurado nele. Esse é o passado presente da ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, R. J. S. de; CORDEIRO, V. D. A teoria da história em Walter Benjamin: uma construção entre “*História e Coleccionismo: Eduard Fuchs*” e as “*Teses sobre o conceito de História*”, **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 10, p. 185-207, 2013.
- BENJAMIN, W. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, p. 241-252, 2012.
- BERDOULAY, V. A abordagem contextual. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 47-56, 2003.
- CARVALHO, M. B. de. Geografia e complexidade. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n. 34, 1999.
- CIRQUEIRA, J. V. Geograficidade libertária em Élisée Reclus: contribuição heterodoxa à história da geografia. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente: UNESP, 2015.
- CIRQUEIRA, J. V. Élisée Reclus e a excentricidade de sua geografia anarquista. **Terra Brasilis (Nova Série)**, [Online], 7, p. 1-18, 2016.
- FERRETTI, F. L'Occidente di Élisée Reclus: l'invenzione dell'Europa nella Nouvelle Géographie Universelle (1876-1894). **Tesi** (Dottorato di ricerca in Storia e Geografia d'Europa) – Bolonha e Paris: Almamater Studiorum e Sorbonne, 2011. <https://doi.org/10.4000/cdg.2886>
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.
- GAGNEBIN, J. M. Prefácio – Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, p. 7-19, 2012.
- GAMA, D. R. N. da. Walter Benjamin, o sujeito moderno e a pedagogia do esclarecimento: considerações filosóficas. **Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, n. 6, p. 97-114, 2006.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HUMBOLDT, A. von. **Cosmos o Ensayo de una descripción física del mundo**. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2005 .
- KONDER, L. **Walter Benjamin: o marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LÖWY, M. **Walter Benjamin. Aviso de Incendio**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005.

MARTINS, L. de L. Friedrich Ratzel. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 89-91, 2001. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.35.a13402>

MOREIRA, R. As três geografias: refletindo pelo retrovisor sobre os problemas de toda mudança. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 88, pp. 97-114, 2008.

ONFRAY, M. **Contra-história da filosofia: as sabedorias antigas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

Ó, J. R. do; VALLERA, T. A oficina do fragmento: Método e processo historiográfico em Walter Benjamin. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 32 p. 331-366, 2020. <https://doi.org/10.15848/hh.v13i32.1570>

PERÍUS, O. Walter Benjamin: considerações sobre o conceito de História. **Tempo da Ciência**, Cascavel, v.16, p.123-135, 2009.

PIRES, E. G. Experiência e linguagem em Walter Benjamin. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 813-828, 2014. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022014041524>

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. de (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, p. 32-107, 1990.

RECLUS, E. **Nouvelle géographie universelle**. La terre et les hommes. Tome 1. L'Europe meridionale. Paris: Hachette, 1876. <https://doi.org/10.5479/sil.300321.39088005729611>

RECLUS, E. **Nouvelle géographie universelle**. La terre et les hommes. Tome 2. La France. Paris: Hachette, 1877. <https://doi.org/10.5479/sil.300321.39088005729611>

RECLUS, E. **Nouvelle géographie universelle**. La terre et les hommes. Tome 3. L'Europe Centrale. Paris: Hachette, 1878.

RECLUS, E. **Nouvelle géographie universelle**. La terre et les hommes. Tome 4. L'Europe du Nord-Ouest. Paris: Hachette, 1879.

RECLUS, E. Élisée. **Nouvelle géographie universelle**. La terre et les hommes. Tome 19. Amérique du Sud. L'Amazonie et la Plata. Paris: Hachette, 1894.

RECLUS, E. Élisée. **L'homme et la terre**. 6 Tomes. Paris: Librairie Universelle, 1905.

WULF, A. **A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt**. 1ª ed. São Paulo: Planeta, 2016.

Recebido em: 25/10/2023

Aceito para publicação em: 08/02/2024